

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO  
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,  
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARENA PERNAMBUCO  
NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.**

que entre si fazem, de um lado,

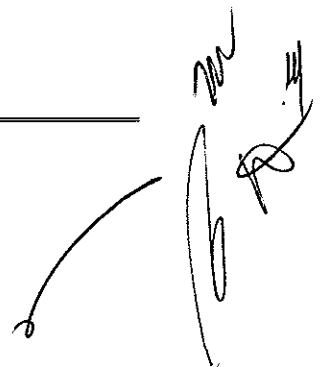
**ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.**  
*na qualidade de emissora*

e, de outro lado,

**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A**  
*na qualidade de agente fiduciário*

em 29 de setembro de 2011

---



## ÍNDICE

1. AUTORIZAÇÃO .....	3
2. REQUISITOS .....	4
3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....	5
4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	7
5. RESGATE ANTECIPADO .....	15
6. VENCIMENTO ANTECIPADO .....	17
7. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA .....	22
8. AGENTE FIDUCIÁRIO .....	25
9. ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS .....	32
10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....	34
11. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	37

\* \* \*

(restante desta página intencionalmente deixado em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

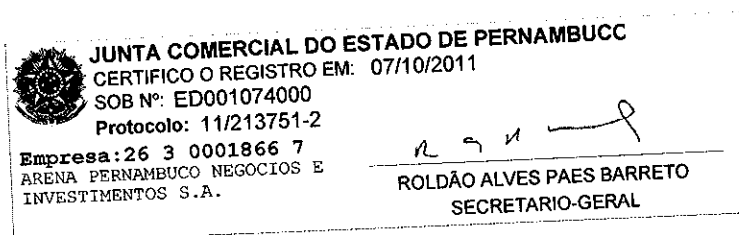
**ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.** (a “Emissora”), sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128, Sala 1206, Edifício Empresarial Center III, Bairro Boa Viagem, CEP 51.020-350, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 12.077.949/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados, e, de outro lado,

**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42 (o “Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social,

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.” (a “Escritura”), mediante as cláusulas e condições dispostas a seguir.

**1. AUTORIZAÇÃO**

1.1. Autorização. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Emissora realizada em 20 de setembro de 2011 (“AGE da Emissão”), em observância ao disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor (a “Lei das Sociedades por Ações”).



3

*[Handwritten signature]*

## 2. REQUISITOS

2.1. Requisitos Gerais. A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única (respectivamente a “Emissão” e as “Debêntures”), e sua distribuição pública pela Emissora, com esforços restritos de colocação (a “Oferta Restrita”), nos termos da Instrução nº 476, editada pela CVM em 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (a “Instrução 476”) serão realizadas com observância dos requisitos descritos nesta Cláusula.

2.2. Dispensa de Registro na CVM. A Emissão será realizada nos termos da Instrução 476 estando, portanto, automaticamente dispensada (i) do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor, conforme preceitua o artigo 6º da Instrução 476; e (ii) do registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), tal como determina o parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.3. Arquivamento e Publicação do Ato Societário Aplicável à Oferta Restrita. A AGE da Emissão será registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (“JUCEPE”) e publicada pela Emissora nos jornais Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCEPE e publicados pela Emissora nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Inscrição e Registro da Escritura. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEPE, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução 476 e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução.

2.5.1. Registro das Garantias. As garantias previstas na Cláusula 4.4 desta Escritura (as “Garantias”) deverão ser registradas (i) nos competentes

cartórios de Registro de Títulos e Documentos, na forma prevista nos contratos e documentos específicos das Garantias; e ainda (ii) no livro de “Registro de Ações Nominativas” da Emissora, quando se tratar do Penhor de Ações (conforme definido abaixo) e uma cópia devidamente registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias contados do respectivo registro.

### 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora. O objeto social da Emissora, de acordo com o disposto em seu Estatuto Social é a exploração da concessão administrativa, prevista na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para a exploração da Arena Multiuso da Copa 2014 nos termos e pelo prazo estabelecido no Edital de Licitação da Concorrência Internacional nº 001/2009 – CGPE (“Edital”) e no(s) instrumento(s) firmado(s) entre o Estado de Pernambuco, por intermédio do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE (o “Poder Concedente”), e a Emissora, visando regular os termos da referida concessão administrativa, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades, exceto pela exploração de atividades acessórias e complementares, conforme admitidas pelo Poder Concedente no termos do Edital e o Contrato Concessão (conforme definido abaixo).

3.2. Número da Emissão. A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

3.4. Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição e Negociação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, qual seja o Banco Santander (Brasil) S.A. (o “Coordenador”), nos termos da Instrução 476 e do “Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.”, celebrado em 29 de setembro de 2011 entre a Emissora e o Coordenador (o “Contrato de Distribuição”).

3.5.1. A colocação das Debêntures se dará de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e o plano de distribuição da Oferta Restrita seguirá o disposto na Instrução 476 (o “Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.4 abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução 476.

3.5.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador; e (ii) informar ao Coordenador até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.

3.5.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição, tendo, como público-alvo, investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, editada pela CVM em 18 de agosto de 2004, a saber: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento, respeitado o disposto na cláusula a seguir; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Nos termos da Instrução 476 e para os fins desta Cláusula, todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) acima deverão subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (os “Investidores Qualificados”).

3.5.5. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, observado que as Debêntures somente poderão ser negociadas,

nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução 476, (i) entre Investidores Qualificados e (ii) desde que seja em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo(s) Investidor(es) Qualificado(s).

3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela, CEP: 04309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela, CEP: 04309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353./0001-64 (o "Banco Mandatário" e a "Instituição Depositária", respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

3.7. Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados para custear todo e qualquer gasto (incluindo despesas financeiras) comprovadamente incorrido pela Emissora associado à implementação e construção da nova arena esportiva do Estado de Pernambuco, com capacidade estimada de 46.000 (quarenta e seis mil) pessoas (o "Projeto"), selecionada pela *Fédération Internationale de Football Association* (a "FIFA") como um dos 12 (doze) estádios de futebol a serem utilizados durante a Copa do Mundo FIFA de 2014, que será realizada no Brasil.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 05 de outubro de 2011 (a "Data de Emissão").

4.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real.

4.4. Garantias Reais. O pagamento das Debêntures será garantido por (i) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios provenientes do Contrato de EPC firmado entre a Emissora e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. em 26 de julho de 2010 (o

“Contrato de EPC”); (ii) cessão fiduciária dos direitos de crédito oriundos do Contrato de Concessão Administrativa celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente em 15 de junho de 2010 (o “Contrato de Concessão”), com exceção da contraprestação da concedente para a operação decorrente do Contrato de Concessão (nos termos do referido Contrato de Concessão) e observada a subordinação dos direitos de crédito decorrentes do ressarcimento de investimento em obra (o “RIO”) e; (iii) cessão fiduciária do RIO, conforme anualmente atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos do Contrato de Concessão; (iv) cessão fiduciária dos direitos de crédito provenientes da conta bancária vinculada ao recebimento, pela Emissora, do RIO e ao pagamento das Debêntures, sendo que as cessões elencadas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima estão em conformidade com o que está previsto e especificado no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº 11.2.0269.3 celebrado entre o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e outros; e (v) penhor das ações de emissão da Emissora (o “Penhor de Ações”).

4.4.1. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, concordam expressamente que as garantias listadas nos itens (i), (ii) e (v) da Cláusula 4.4 serão compartilhadas *pari passu* com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) (as “Garantias Pari Passu com o BNDES”). Adicionalmente, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, concordam que as garantias listadas nos itens (iii) e (iv) da Cláusula 4.4 serão outorgadas pela Emissora aos Debenturistas com cláusula expressa de subordinação ao BNDES (as “Garantias Subordinadas ao BNDES”, em conjunto com as *Garantias Pari Passu* com o BNDES, as “Garantias Compartilhadas BNDES”).

4.4.2. Da mesma forma, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, também concordam e consentem que as garantias listadas nos itens (i), (ii) e (v) da Cláusula 4.4 serão compartilhadas *pari passu* com o Banco do Nordeste do Brasil ou qualquer outra instituição financeira que venha a compor o quadro de usos e fontes da Emissora (“BNB”) (as “Garantias Pari Passu com o BNB”). Igualmente, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, concordam que as garantias listadas nos itens (iii) e (iv) também serão outorgadas ao BNB ou qualquer outra instituição financeira que venha a compor o quadro de usos e fontes da Emissora, com cláusula expressa de subordinação aos direitos dos Debenturistas e do BNDES (as “Garantias Subordinadas do BNB”, em conjunto com as *Garantias Pari Passu* com o BNB, as “Garantias Compartilhadas BNB”; as *Garantias Compartilhadas BNB*, em conjunto com as *Garantias Compartilhadas BNDES*, as “Garantias Compartilhadas”).



4.4.3 Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, desde já concordam em realizar todas as ações e medidas necessárias, ou justificadamente solicitadas pelo BNDES ou pelo BNB, conforme o caso, com o objetivo de formalizar o compartilhamento das Garantias Compartilhadas na forma detalhada nas Cláusulas 4.4.1 e 4.4.2 acima, medidas e ações essas que incluem, mas não se limitam a: (i) celebrar aditamentos aos instrumentos das garantias celebrados com a Emissora, de forma a incluir o BNDES ou o BNB, conforme o caso, como credor sênior, *pari passu* ou subordinado às garantias listadas de (i) à (v) na Cláusula 4.4 acima, conforme o caso e nos termos ali descritos; (ii) envidar melhores esforços para negociar de boa-fé qualquer solicitação razoavelmente realizada pelo BNDES ou pelo BNB no sentido de revisar e alterar as condições contidas nesta Escritura para fins de reunir condições de contratação, pela Emissora, de financiamento junto a qualquer destas instituições que seja relacionado ao Projeto; e (iii) envidar melhores esforços para negociar de boa-fé e celebrar com o BNDES e, eventualmente, o BNB, um acordo entre credores (o “Acordo Entre Credores”), com o objetivo de regular e disciplinar suas relações enquanto credores da Emissora, de forma a executar as Garantias Compartilhadas, bem como tomar qualquer medida ou ação a elas relacionadas nos exatos termos e condições do Acordo Entre Credores.

4.5. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.6. Quantidade de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 70 (setenta) Debêntures.

4.7. Forma de Subscrição. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.8. Forma de Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.9. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 05 de outubro de 2016, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 6 desta Escritura.

4.10. Amortização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário deverá ser amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, sujeito a um período de carência de 30 (trinta) meses após a Data de Emissão (o “Prazo de Carência”), devendo a 1ª (primeira) parcela ser paga em 05 de abril de 2014 e as demais nas datas e proporções

indicadas no quadro a seguir, salvo possibilidade de Resgate Antecipado nos termos da Cláusula 5 abaixo:

Data de Amortização do Valor Nominal Unitário (dd/mm/aaaa)	Percentual do Valor Nominal Unitário
05/04/2014	16,6700%
05/10/2014	16,6700%
05/04/2015	16,6700%
05/10/2015	16,6700%
05/04/2016	16,6700%
05/10/2016	16,6500%
<b>Total</b>	<b>100,0000%</b>

4.10.1. Independentemente do disposto na Cláusula 4.10, a Emissora deverá, em caso de recebimento dos recursos decorrentes do RIO, e após efetuar o pagamento integral do saldo atualizado da dívida a ser contratada com o BNDES, decorrente do Contrato BNDES nº 11.2.0269.1 com o valor recebido do RIO pelo Poder Concedente, optar por resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 abaixo), à vista, em parcela única, conforme as regras, prazos e demais condições previstas na Cláusula 5 abaixo.

4.10.2. Caso o valor do RIO efetivamente pago pelo Poder Concedente à Emissora não seja suficiente para pagar antecipadamente o saldo atualizado da dívida agregada do BNDES e dos Debenturistas, conforme o caso, (i) as Debêntures serão amortizadas parcialmente; (ii) e não havendo nenhuma sobra os Debenturistas desde já concordam que o BNDES deverá ser pago prioritariamente.

4.11. Atualização. O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.12. Remuneração. A partir da data da primeira integralização das Debêntures (conforme especificado na Cláusula 4.8 acima), as Debêntures farão jus a uma remuneração (a “Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (a(s) “Taxa(s) DI”), acrescida das sobretaxas indicadas na tabela a seguir, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis:

Período (contado partir da data da primeira integralização das Debêntures)	Sobretaxa Aplicável
de 05/10/2011 (inclusive) até 05/04/2014 (exclusive)	2,70% ao ano
de 05/04/2014 (inclusive) até 05/10/2016 (exclusive)	4,59% ao ano

4.12.1. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a data de cada integralização, ou do último pagamento, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, tal como definido nesta Cláusula.

4.12.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

**J** valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**Fator Juros** Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = Fator DI \times Fator Spread$$

**Fator DI** produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

**n** número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**$k$**  1, 2, ..., n;

**$DI_k$**  Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**Fator Spread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$Fator\ Spread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

**spread** spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

**DP** número de dias úteis entre a data da primeira integralização ou o último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira integralização das Debêntures, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração, exclusive.

4.12.3. Observado o disposto na Cláusula seguinte, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDI<sub>k</sub>”, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.12.4. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de término do prazo previsto no início desta Cláusula, convocar uma Assembleia-Geral dos Debenturistas nos termos da Cláusula 9.2 abaixo, para deliberar, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (“Remuneração Substitutiva”). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, da Remuneração Substitutiva, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de “TDI<sub>k</sub>”, a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso os Debenturistas reunidos em Assembleia-Geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta na referida Assembleia, ou na hipótese da mesma não ser instalada, em segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia, ou da não instalação, conforme o caso, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do

Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.13. Pagamento da Remuneração. O pagamento da Remuneração será realizado (i) de forma semestral e sucessiva, respeitado o Prazo de Carência; ou (ii) à vista e de forma integral, imediatamente após o recebimento do RIO pela Emissora, observada a Cláusula 4.9 acima, o que ocorrer primeiro, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de abril de 2014 e o último em 05 de outubro de 2016.

4.14. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, ainda, na sede da Instituição Depositária ou da Emissora para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.15. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação assumida nesta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.16. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (os “Encargos Moratórios”).

4.17. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.18. Preço de Subscrição. Todas as Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão (o “Preço de Subscrição”).

4.19. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.20. Publicidade. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, nos jornais “Jornal do Commercio” e “Diário de Pernambuco” observado o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em até 3 (três) dias contados da data da sua realização.

4.21. Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.22. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

## 5. RESGATE ANTECIPADO

5.1. Requisitos do Resgate Antecipado. Observado o disposto na Cláusula 4.10.1 acima, as Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo, a critério da Emissora, desde que (i) sejam resgatadas Debêntures cujo pagamento envolva montante não inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e (ii) a Emissora envie ou publique comunicado aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, e à CETIP (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”) com 10 (dez) dias de antecedência (o “Resgate Antecipado”).

5.1.1. A Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado deverá conter, no mínimo, (i) a data pretendida para realização do resgate antecipado (“Data de Resgate Antecipado”), a qual deverá ser obrigatoriamente um dia útil; (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial; (iii) detalhamento do Cálculo do Resgate Antecipado e de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas; (iv) o procedimento para o exercício da aceitação da oferta de

Resgate Antecipado; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.1.2. Após a publicação da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar formalmente perante o Agente Fiduciário, nos termos da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data.

5.1.3. A Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, antes de proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, notificar a CETIP a respeito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.4. A Emissora poderá condicionar a realização do resgate antecipado facultativo à sua aceitação por um número de Debenturistas que represente um percentual mínimo das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, devendo referido percentual constar da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.5. Em caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º, inciso I do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para fins de deliberar os critérios de sorteio, para a identificação das Debêntures a serem resgatadas e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio. O Resgate Antecipado realizado de modo parcial, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será operacionalizado exclusivamente por meio de “operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.2. Cálculo do Resgate Antecipado. Caso o Resgate Antecipado ocorra (i) antes do 15º (décimo quinto) mês após a Data de Emissão, o valor de resgate devido pela Emissora deverá ser calculado com base no valor presente do fluxo de pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração devidos e não pagos, mediante o desconto desse fluxo pelo prazo remanescente das Debêntures, tendo por base as Taxas DI vigentes na data do Resgate Antecipado; e (ii) após o 15º (décimo quinto) mês após a Data de Emissão, o valor de resgate devido pela Emissora deverá corresponder ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do Resgate Antecipado.



5.2.1. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.2.2. Em caso de Resgate Antecipado, a Emissora deverá proceder conforme os procedimentos adotados pela CETIP, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, válido para o Resgate Antecipado, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

## 6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Eventos de Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto na Cláusula 6.2 e seguintes, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.2.3 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (i) inadimplemento, por parte da Emissora, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nas Garantias, que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do referido descumprimento;
- (iii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (iv) dissolução, extinção ou liquidação da Emissora e da Odebrecht S.A., sendo esta última doravante designada a “Garantidora”;
- (v) ingresso em juízo, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de requerimento de plano de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora, independente de ter sido obtida homologação ou deferimento judicial acerca de qualquer dos referidos planos;
- (vi) decretação de falência e/ou insolvência da Emissora e/ou da Garantidora;

- (vii) propositura de pedido de autofalência da Emissora e/ou da Garantidora ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora, desde que não elidido no prazo legal;
- (viii) qualquer falsidade ou omissão substancial produzida nas declarações da Emissora, conforme dispostas na Cláusula 10 abaixo, não sanada ou solucionada pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento de notificação do Agente Fiduciário;
- (ix) alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, cessação de sua atividade empresarial ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (x) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário direto ou indireto da Emissora, de forma que seus atuais controladores: (a) deixem de deter ou ser beneficiário de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (b) deixem, por qualquer motivo, de ter o poder de direcionar ou causar o direcionamento, de forma direta ou indireta, da administração e políticas da Emissora, desde que ocorrida sem a aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 a seguir), ficando excetuadas desta Cláusula quaisquer operações de transferência de controle acionário ocorridas dentro do grupo econômico da Emissora;
- (xi) cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra reestruturação societária envolvendo a Emissora, salvo se (a) tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 abaixo); ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ficando excetuadas desta Cláusula quaisquer operações de reestruturação societária ocorridas dentro do grupo econômico da Emissora;
- (xii) protesto de títulos ou outros documentos representativos de dívida por cujo pagamento a Emissora seja responsável, em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias contados do protesto de referido título, a Emissora comprove que (i) o protesto foi cancelado; ou (ii) o protesto foi sustado;
- (xiii) trânsito em julgado de decisão judicial contra a Emissora, em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não

tenha sido cumprida pela Emissora no prazo assinalado em referida decisão.;

- (xiv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora perante os Debenturistas;
- (xv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora perante quaisquer terceiros, em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo na hipótese de vencimento antecipado das dívidas que a Emissora vier a contratar com o BNDES ou com o BNB para implementação e construção do Projeto, sendo certo que o vencimento antecipado de tais dívidas, independente de seu valor individual ou agregado, ensejará o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xvi) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, de qualquer obrigação relativa a qualquer dívida da Emissora perante quaisquer terceiros, em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e que não tenha sido sanada no prazo de 20 (vinte) dias contados do seu descumprimento. Não obstante qualquer disposição em contrário neste item, o inadimplemento de obrigações das dívidas que a Emissora vier a contratar com o BNDES ou com o BNB para implementação e construção do Projeto não ensejará o vencimento antecipado desta Escritura, desde que a Emissora continue cumprindo com todos os termos e condições desta Escritura;
- (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer aprovação, permissão, registro, licença, ou autorização governamental necessários pela legislação aplicável e que seja relevante, a critério justificado dos Debenturistas, para a implementação ou operação e condução do Projeto, desde que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) dias.
- (xviii) se qualquer disposição substancial desta Escritura, do Contrato de Distribuição, das Garantias, do Contrato de EPC, do Contrato de Concessão, do Contrato de Suporte de Patrocinador entre a Emissora e a Garantidora ou qualquer documento relacionado a tais instrumentos forem descumpridas pela Emissora ou pela Garantidora, revogadas, rescindidas, se tornarem nulas ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, em cada caso, salvo se por força do término normal do curso do prazo de vigência de cada instrumento, de forma que afetem de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações relacionadas às Debêntures, ou, caso as declarações da Garantidora contidas Contrato de Suporte de Patrocinador sejam falsas ou omissas, e desde que a Emissora não sane em 20 (vinte) dias os efeitos de tal

inadimplência, revogação, rescisão, nulidade, falsidade ou omissão dos instrumentos mencionados nesta Cláusula, a critério dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Não obstante qualquer disposição em contrário nesta Escritura, as Partes desde já concordam que a declaração de caducidade do Contrato de Concessão, bem como qualquer ato, fato ou procedimento administrativo ou judicial iniciado com o objetivo de formalizar a declaração de caducidade do Contrato de Concessão, não serão considerados como eventos caracterizadores de um Evento de Vencimento Antecipado para fins desta Escritura até que haja o efetivo pagamento de toda a indenização devida pelo Poder Concedente em decorrência da decretação de caducidade;

- (xix) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xx) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora que não forem sanadas ou solucionadas no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento de notificação do Agente Fiduciário e que, adicionalmente, na opinião justificada do Agente Fiduciário, depois de consultar os Debenturistas, comprovadamente afete de forma relevante negativamente a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras;
- (xxi) alienar ou dispor de ativos operacionais cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que possa na opinião justificada do Agente Fiduciário, depois de consultar os Debenturistas, afetar a capacidade econômica financeira da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras, e desde que a Emissora não tenha remediado ou desfeito referida alienação no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (xxii) não declarar e/ou pagar dividendos (salvo o dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas até que esteja integralmente quitadas todas as obrigações devidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, exceto se atendidas as seguintes condições: (i) não tenha ocorrido nenhum Evento de Vencimento Antecipado; (ii) seja realizado após o Período de Carência e (iii) a Emissora apresente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,30x, calculado da seguinte forma:

$$ICSD = (A) / (B)$$

onde:

(A) = (+) EBITDA (-) Imposto de Renda (-) Contribuição Social (+/-) Variação de Capital de Giro (-) Investimentos (+) Saldo de Caixa do Início do Exercício.

(B) Serviço da Dívida (+) Amortização de Principal (+) Pagamento de Juros.

Para fins desta Cláusula: (i) EBITDA significa Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

- (xxiii) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva notificação ou contra a qual a Emissora não esteja questionando de boa-fé o teor da referida decisão em processo judicial ou administrativo e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora;
- (xxiv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxv) constituir qualquer espécie de ônus ou gravames sobre os ativos de propriedade/titularidade da Emissora, exceto por ônus ou gravames constituídos em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que sejam relacionados a financiamentos obtidos junto a tais instituições para a construção e implementação do Projeto; e
- (xxvi) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures.

6.2. Vencimento Antecipado Automático. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (x), (xi), (xiv), (xv) e (xvi) da Cláusula anterior acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação nesse sentido. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia-Geral dos Debenturistas para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia-Geral dos Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

6.2.1. Na Assembleia mencionada no item anterior, que será instalada de acordo com os procedimentos e quoruns previstos na Cláusula 9 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 a seguir), por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.2.2. Na hipótese de não instalação da Assembleia mencionada no item acima ou de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item anterior, por falta de quorum de instalação ou deliberação, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá necessariamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 a seguir), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## 7. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

7.1. Obrigações da Emissora. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, nesta Escritura e nas Garantias, a Emissora adicionalmente obriga-se a:

- (i) não conceder qualquer espécie de empréstimo ou crédito a empresas coligadas, sem a prévia anuência de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 a seguir);
- (ii) permitir e/ou fazer com que seja permitido o aporte adicional de capital nas hipóteses previstas no Contrato de Suporte;
- (iii) não efetuar novos investimentos ou assumir novos compromissos de investimentos além daqueles previstos pelo Contrato de Concessão, sem a autorização prévia e expressa de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 a seguir);

- (iv) cumprir com todas as leis e regras aplicáveis, especialmente trabalhistas e ambientais, inclusive os Princípios do Equador;
- (v) fazer com que seja aportado o capital social mínimo, conforme determinado no edital de licitação relacionado ao Projeto, cuja cópia foi recebida pelo Agente Fiduciário na presente data;
- (vi) manter nível de alavancagem em no máximo 90% (noventa por cento), calculado através da seguinte fórmula: empréstimos de curto e longo prazo / empréstimos de curto e longo prazo + capital social e/ou mútuos com a controladora da Emissora, sendo certo que, para os fins desta Escritura, empréstimo significará qualquer obrigação que gere ônus financeiro líquido para a Emissora, como por exemplo, mas não limitado a: mútuos, empréstimos financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias; e títulos emitidos no mercado internacional de curto e longo, exceto se realizado com a controladora da Emissora.
- (vii) manter cobertura de seguros dos ativos relacionados ao Projeto, contratada junto a seguradora de primeira linha, de reconhecida capacidade financeira, que seja aprovada pela SUSEP e possua classificação de *rating* mínimo "A" e encaminhar os respectivos comprovantes ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (viii) observado o disposto na Cláusula 4.4 e seguintes, utilizar os recursos obtidos por meio do RIO para amortizar e liquidar os valores devidos em relação às Debêntures, conforme previsto nesta Escritura; cumprir e manter devidamente em vigor todos os contratos e instrumentos relevantes para o Projeto, inclusive, sem limitação, o Contrato de EPC, o Contrato de Concessão, assim como todas as licenças e autorizações aplicáveis;
- (ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (x) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (xi) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (xii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas contemplando as informações necessárias ao acompanhamento dos eventos previstos nas alíneas (xxi) e (xxv) da Cláusula 6.1 e nas alíneas (iii) e (vi) desta Cláusula 7.1, e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de

computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização, ou até o pagamento integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro;

- (xiii) observar as disposições da Instrução nº 358, editada pela CVM em 3 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor (a “Instrução 358”);
- (xiv) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta;
- (xv) fornecer, em até 20 (vinte) dias, a contar da solicitação, informações sobre o Projeto sempre que solicitado de forma justificada pelo Agente Fiduciário;
- (xvi) contratar, com a concordância do Coordenador, e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Banco Mandatário, Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xvii) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia-Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (xviii) comparecer às Assembleias-Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xx) manter válidas todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, materiais e necessários à sua operação, exceto nos casos em que a desatualização ou inexistência de tais documentos não possa razoavelmente acarretar uma Mudança Adversa Relevante;
- (xxi) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço; e
- (xxii) informar e enviar ao Agente Fiduciário (i) no prazo de 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo previsto na Instrução nº 28, editada pela CVM em 23 de novembro de 1983, conforme atualmente em vigor (a “Instrução 28”), todos os dados financeiros, atos societários e demais informações necessárias à elaboração do relatório citado no subitem (xiv) da Cláusula 8.4 desta Escritura, que eventualmente venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário; (ii) no prazo de até 5 (cinco) dias



úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”); e (iii) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, confirmação de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução 28;
- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) ser uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura com exceção dos respectivos registros e averbações, os quais serão realizados após a assinatura desta Escritura, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (xiii) verificou a regularidade da constituição das Garantias previstas nesta Escritura e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

8.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência do Agente Fiduciário, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.5 abaixo.

8.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.3. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do

atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado no Registro do Comércio competente e averbado no cartório de registro de títulos e documentos das comarcas competentes, incluindo a comarca da sede do agente fiduciário substituto, caso o agente fiduciário substituto esteja localizado em outra comarca.

8.3.4. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia-Geral de Debenturistas.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

8.4. Deveres. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes; neste caso, o oficial do registro

notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, e observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xi) solicitar, quando o Agente Fiduciário, depois de consultar os Debenturistas considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral dos Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (xiii) comparecer às Assembleias Gerais dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (xvi.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (xvi.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (xvi.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(xvi.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(xvi.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(xvi.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(xvi.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 6 acima;

(xvi.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias previstas na Escritura; e

(xvi.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(xvi.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

1. denominação da companhia ofertante;
2. valor da emissão;
3. quantidade de debêntures emitidas;
4. espécie;
5. prazo de vencimento das debêntures;
6. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação da garantidora; e
7. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

(xvi.11) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- (xv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora ao menos nos seguintes locais; (i) na sede da Emissora; (ii) no escritório do Agente Fiduciário; (iii) na CVM; e (iv) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xx) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (xxi) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas sempre que solicitado.

8.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) Observado o disposto na Cláusula 6, declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.1. Observado o disposto na Cláusula 6 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 8.5, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 a seguir), bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 8.5.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário. Anualmente, será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma parcela no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.

8.6.1. A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora. Referidas despesas deverão ser reembolsadas pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento dos documentos comprobatórios neste sentido.

8.6.2. Os honorários devidos ao Agente Fiduciário, conforme descritos no Item 8.6, já levaram em consideração e não serão acrescidos de: (i) ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), (iv) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.3. A remuneração disposta no item 8.6, será atualizada anualmente pelo IPCA ou, na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.6.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item anterior, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas Garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.6.7. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da Cláusula 4.16 desta Escritura.

## **9. ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS**

9.1. Norma de Regência. À Assembleia Geral dos Debenturistas (a “AGD”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.



9.2. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido nesta Cláusula) ou pela CVM.

9.2.1. A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.2.2. A AGD deverá ser realizada em prazo mínimo de 10 (dez) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.3. Quorum de Instalação. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.4. Mesa Diretora. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula a seguir, todas as deliberações tomadas em AGD deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples do total das Debêntures em Circulação.

9.5.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula anterior: (i) os quoruns diferentes e expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura e (ii) as alterações abaixo listadas de (a) a (i), que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), conforme segue: (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) das disposições estabelecidas nesta Cláusula; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao Resgate Antecipado; (h) de qualquer evento previsto na Cláusula 6; ou (i) das Garantias previstas nesta Escritura.

9.5.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.6. Debêntures em Circulação. Para todos os fins e efeitos desta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. Declarações e Garantias. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Distribuição e os documentos das Garantias (os “Documentos da Emissão”), bem como a cumprir com suas respectivas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, quando aplicável, à Emissão, à Oferta Restrita e às Garantias, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) as pessoas que a representa na assinatura dos Documentos da Emissão, têm poderes bastantes para tanto;
- (iv) os Documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração dos Documentos da Emissão e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (vi) a celebração dos Documentos da Emissão, a Emissão, a Oferta Restrita e as Garantias aqui estipuladas (i) não infringem (a) seu estatuto social, quando aplicável; (b) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte; (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que lhe são aplicáveis; e (ii) não resultarão em (a) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses

contratos ou instrumentos, (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (c) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Garantidora;

- (vii) suas obrigações assumidas nos termos dos Documentos da Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas, salvo se de outra forma previsto em tais instrumentos;
- (viii) suas operações e propriedades cumprem, em todos os seus aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor, inclusive os Princípios do Equador; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente esperar que embase uma ação ambiental, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente gerar uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo);
- (ix) pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria uma Mudança Adversa Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) cumprem todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- (xi) cumprem todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- (xii) nesta data, e exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento abaixo referidos não possam razoavelmente acarretar uma Mudança Adversa Relevante, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo seus respectivos estatutos sociais e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos,

contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possam estar obrigados; (iii) estão cumprindo com a legislação brasileira em vigor; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (xiii) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contrárias, que, de acordo com seu melhor conhecimento razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter uma Mudança Adversa Relevante;
- (xiv) mantêm cobertura de seguro de ativos com seguradora de primeira linha, de reconhecida capacidade financeira, que seja aprovada pela SUSEP com *rating* mínimo "A", contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas e não têm qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Mudança Adversa Relevante;
- (xv) mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade de seus ativos; (iii) o acesso a seus ativos seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados em sua contabilidade sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- (xvi) possuem e detêm o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-las a continuar conduzindo seus negócios da forma como são atualmente

conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;

- (xvii) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, serão solventes, nos termos da legislação brasileira;
- (xviii) não omitiu do Coordenador nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Mudança Adversa Relevante;
- (xix) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xx) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e

10.1.1. Para fins desta Cláusula, “Mudança Adversa Relevante” significa qualquer mudança adversa relevante nas condições financeiras, econômicas ou operacionais da Emissora e/ou da Garantidora, ou do grupo econômico do qual fazem parte, que, na opinião justificada do Agente Fiduciário, depois de consultar os Debenturistas, possam tornar impossível a manutenção da dívida decorrente das Debêntures, ou afetar significativamente a capacidade de pagamento da dívida desta Escritura pela Emissora.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.**

Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128, Sala 1206, Edifício Empresarial Center III, Bairro Boa Viagem

CEP 51.020-350, Recife, PE

Tel: (81) 2123-7900

Fax: (81) 2123-7913

At.: Marcos Lessa Mendes

E-mail: [marcoslessa@odebrecht.com](mailto:marcoslessa@odebrecht.com)

**Para o Agente Fiduciário:**

**BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim

CEP 01451-011, São Paulo, SP

At.: Mauricio da Costa Ribeiro

Tel: (11) 3133-0350

Fax: (11) 3133-0360

E-mail: [larbex@brltrust.com.br](mailto:larbex@brltrust.com.br) / [controle@brltrust.com.br](mailto:controle@brltrust.com.br)

**Para a Instituição Depositária:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela

CEP: 04309-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

**Itaú Unibanco S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela

CEP: 04309-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo – SP

CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

11.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas. Todas e quaisquer despesas documentadas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura (incluindo as Garantias aqui previstas), incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade da Emissora. Fica acordado, todavia, que as despesas individuais, ou conjunto de despesas individuais, em valores superiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica. Esta Escritura, as Debêntures, as Garantias, constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos

termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Sucessão. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6. Aditamentos. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos na JUCEPE e averbados no cartório de registro de títulos e documentos das comarcas competentes.

11.7. Independência. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.8. Veracidade das Informações. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

11.9. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10. Foro. Fica eleito o foro Central da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 29 de setembro de 2011.

(assinaturas seguem nas próximas 3 (três) páginas)

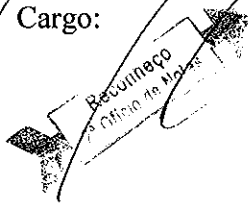


PÁGINA DE ASSINATURAS 1 DE 3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.

ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.

Nome: MARCOSSA MENDES  
Cargo:

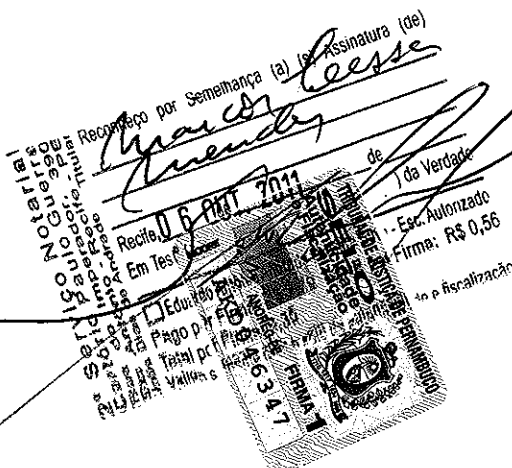
Nome: VIOLETA KERTESZ NOVA  
Cargo:



TABELÃO OLIVEIRA LIMA  
15º Cartório de Notas  
Bul. João Roberto de Oliveira Lima  
Av. Dr. Carlos de Melo, 1855, CEP: 04388-005  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 3038-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) com VALOR econômico de: VIOLETA KERTESZ NOVA.  
SAO PAULO, 03 de Outubro de 2011, Total: R\$ 5,56 15:46:41

DOUGLAS VIEIRA DARTO - ESCRIVENTE-ADT.



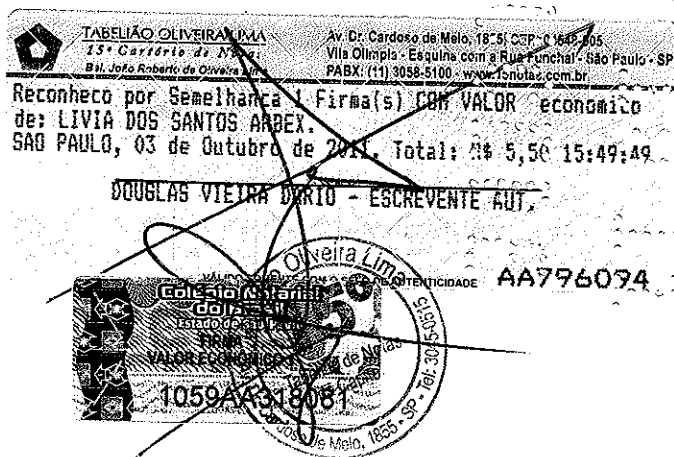
PÁGINA DE ASSINATURAS 2 DE 3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.

  
BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

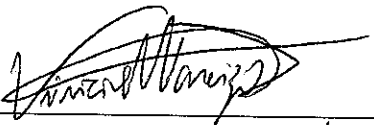
Cargo:

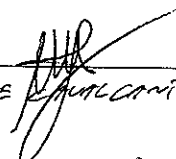
Livia Arbex  
Departamento Jurídico



PÁGINA DE ASSINATURAS 3 DE 3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.

Testemunhas:

  
Nome: Vinícius  
Cargo:

  
Nome: Alexandre  
Cargo:

